



VOCÊ QUER SE APOSENTAR DE FORMA DIGNA?

Conheça os
principais fatos
que não te
contaram
sobre a
Reforma da
Previdência



Avelhice é o período mais vulnerável na vida de uma pessoa. Após trabalhar muitos anos, dando sua contribuição à sociedade, é chegado o momento do merecido descanso. Em nosso país, a aposentadoria é um direito assegurado na Constituição Federal. Mesmo que a pessoa não tenha trabalhado com carteira assinada durante todo o tempo necessário, a sua aposentadoria é garantida através da Assistência Social. O governo federal, no entanto, quer restringir esse direito.

Você quer se aposentar de forma digna? O Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará (Fuaspec) destaca os principais pontos da Reforma da Previdência que merecem a atenção de todos os brasileiros:

Déficit é mentiroso

O governo diz que a Previdência Social tem déficit. Mas ele omite que todo ano retira 30% dos recursos destinados ao orçamento da Seguridade Social para pagar os juros da dívida pública. Isto através de um instrumento chamado Desvinculação das Receitas da União (DRU), regulamentado através da Emenda Constitucional nº 93/2016. Segundo estudo do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf), caso a DRU fosse revogada, o orçamento da Seguridade Social (que gasta exclusivamente com saúde, assistência e previdência) teria um resultado positivo (superávit) de R\$ 9,28 bilhões em 2017, R\$ 3,45 bilhões em 2018 e R\$ 9,66 nos primeiros dois meses de 2019 (veja estudo ao final da cartilha).



Benefício pela metade

O governo propõe mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), hoje equivalente a um salário mínimo, pago a pessoas carentes, de baixa renda, a partir de 65 anos. Pela proposta do governo para a reforma da Previdência, somente brasileiros carentes a partir de 70 anos receberiam o valor integral de um salário mínimo. Na proposta, a idade para começar a receber o benefício passa a ser 60 anos, mas no intervalo de 60 a 69 anos o beneficiário só receberá o valor correspondente a R\$ 400,00. Isso é um absurdo, pois essas pessoas, além da carência, tem uma expectativa de vida abaixo da média nacional.



Autorização para privatizar

Outra armadilha da proposta de reforma da Previdência é a “desconstitucionalização” das normas previdenciárias. Ou seja, a proposta retira da nossa Constituição as regras da Previdência Social, que poderão ser alteradas sem a necessidade de aprovação de Emendas Constitucionais e sim através de leis complementares e ordinárias, que são mais facilmente aprovadas atendendo aos interesses do governo de plantão. Com isso, o governo poderá criar regras ainda mais perversas para a população se aposentar; poderá, inclusive, privatizar a Previdência.



Fim da contribuição patronal

A proposta de reforma visa, ainda, a migração do atual sistema de repartição para o regime de capitalização da Previdência, mas sem a contribuição do patrão. Sistema semelhante foi adotado no Chile há 30 anos e hoje a maior parte dos aposentados recebe cerca de 40% do que deveria receber. No regime de capitalização, o governo não garante a aposentadoria dos trabalhadores. Os fundos de pensão privados é que irão gerenciar os recursos e isto é um grande risco. Na crise econômica de 2008, nos EUA, por exemplo, mais de 200 fundos de pensão foram à falência. Nesse contexto, o trabalhador corre o risco de contribuir a vida toda e ao final não ter sua aposentadoria garantida.



Os verdadeiros culpados

Não são os trabalhadores da iniciativa privada – tampouco os servidores públicos – os responsáveis pelo alegado “déficit” na Previdência. A CPI da Previdência, que funcionou no Senado Federal entre os meses de abril e outubro de 2017, identificou e concluiu que o problema da Previdência é de gestão, sonegação, dívidas não cobradas, ausência de fiscalização mais rigorosa, isenções fiscais e desvinculação de receitas (a DRU). Assim, não é justo que os mais pobres sejam penalizados com a retirada de direitos.



E quem ganha com a reforma?

A pressa do governo em aprovar a reforma da Previdência é uma exigência do mercado financeiro. Boa parte da economia gerada com a reforma será transferida para o pagamento dos gastos com o serviço da dívida pública (valor principal, juros e refinanciamento). Isso significa que o governo prefere retirar direitos dos trabalhadores e beneficiar os bancos e fundos de pensão privados. Para se ter uma ideia, de janeiro a dezembro de 2018 a União gastou, somente com o serviço da dívida pública, R\$ 1,066 trilhão de um total de despesa de R\$ 3,028 trilhões. Isto corresponde a 39% do total das despesas do orçamento da União.

A única forma dos trabalhadores barrarem a Reforma da Previdência é manifestando sua insatisfação nas ruas. Junte-se a nós e defenda o seu direito à aposentadoria!



ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO

EXERCÍCIO	ANO DE 2017	ANO DE 2018	ANO DE 2019 *
	Em R\$ 1	Em R\$ 1	Em R\$ 1
Receita de Contribuições da União	799.732.986.000	844.483.545.000	145.794.628.000
Contribuições Econômicas	-15.871.333.000	-17.712.314.000	-2.267.615.000
Total de Receita de Contribuições Sociais (A)	783.861.653.000	826.771.231.000	143.527.013.000
Despesa			
Despesas com Regime Geral	548.038.132.000	587.713.565.000	95.812.500.000
Despesas com Regime Próprio	82.268.890.000	79.850.311.000	13.066.975.000
Despesas com Regime dos Militares	41.026.959.000	46.210.299.000	7.593.183.000
Total de Despesa com Assistência e Previdência (B)	671.333.981.000	713.774.175.000	116.472.658.000
Total de Despesa com Saúde (C)	103.247.634.000	109.548.320.000	17.396.833.000
Superavit (A - B - C)	9.280.038.000	3.448.736.000	9.657.522.000

Fonte de Dados:
 Relatórios da Lei de Responsabilidade da União
 Receita Arrecadada x Despesa Liquidada
 Exercícios Financeiros de 2017, 2018 e 2019*
 *janeiro e fevereiro de 2019

 @contraareformadaprevidencia

 facebook.com/todosjuntoscontraareformadaprevidencia

 @contraareforma

